

Desafios do feminismo entre a cooptação liberal e os ataques conservadores | Nalu Faria

27/05/2022

É inegável que hoje há uma ampliação do feminismo em vários setores. Essa se tornou uma agenda geral da sociedade e não apenas dos movimentos feministas organizados. Há uma multiplicidade de pautas e setores, mas também há sentidos comuns e convergentes. Alguns deles são: o reconhecimento da dimensão patriarcal e racista do capitalismo; a necessidade de enfrentar os traços androcêntricos do atual modelo; a importância de defender a diversidade e dissidência sexual; a necessidade de afirmar outros valores e formas mais democráticas e horizontais de exercer o poder; a luta contra a violência; a luta pelo direito ao aborto; o reconhecimento da agenda do cuidado; e a necessidade de auto-organização das mulheres. Analisamos que esses sentidos juntos como parte dos êxitos do movimento feminista e da sua capacidade de influenciar de influenciar o conjunto da sociedade e espaços de elaboração como a universidade até o conjunto da sociedade. Por outro lado, isso também traz desafios e contradições.

Uma parte desses desafios e contradições está no campo das diferentes expressões do movimento feminista, ou seja, da pluralidade de posições que expressam diferentes formas de tratar a agenda política e de dar significado ao feminismo. De forma geral, podemos falar de um primeiro nível, que seriam os setores que olham para a necessidade de transformação geral da sociedade; e, por outro lado, de um feminismo liberal que não está preocupado com essas transformações estruturais e acaba se centrando em uma perspectiva de direitos individuais. Mais além desses desafios, temos a ofensiva dos setores de direita, que se desdobra em dois pilares: o da cooptação e pseudoincorporação do feminismo, que chamamos maquiagem lilás (Moreno, 2020); e os ataques neoconservadores de extrema direita.

É muito necessário que o debate entre nós e a definição de um projeto político se deem a partir do feminismo antissistêmico. A referência ao antissistêmico se dá a partir da compreensão de que o atual modelo é capitalista, heteropatriarcal, racista e colonialista. É, portanto, uma visão de imbricação das diversas formas de opressão. Entendemos que só será possível dismantlar esse modelo se superarmos simultaneamente esse conjunto de relações. Além disso, é importante sublinhar a lógica de acumulação que organiza esse modelo se sustenta sobre esse conjunto de opressões. É imprescindível olhar para as bases materiais das dinâmicas imposta por esse modelo.

Em nosso processo, temos nos definido como construtoras do feminismo popular. Mas é preciso afirmar que estamos em um momento em que vários setores que compartilham essa definição ampla também sentem necessidade de afirmar suas singularidades. Assim, temos o feminismo camponês e popular, o feminismo comunitário, feminismo negro, entre outros, que se articulam em unidade e também elaboram suas agendas e perspectivas próprias.

A construção de sujeitos políticos como protagonistas das transformações sociais é o que garante que elas aconteçam. Isso leva a entender e praticar a auto-organização como fio condutor das lutas, determinante para a autoemancipação de todas as pessoas oprimidas.

O lugar das mulheres na divisão social, sexual e racista do trabalho é o que explica sua necessidade de protagonismo enquanto sujeitos políticos. Uma perspectiva feminista de análise desse protagonismo parte do reconhecimento das mulheres como principais sujeitos do trabalho reprodutivo, que sustenta a vida comum. As mulheres precisam mais do que os homens do acesso aos bens comuns e, por isso, estão mais

comprometidas com sua defesa, tanto no campo como na cidade (Federici, 2014).

As propostas construídas a partir de uma posição de feminismo popular sintetizam várias contribuições, tanto do debate e consolidação de agendas políticas, como do processo de organização e articulação no conjunto das lutas. Essas sínteses e propostas se dão a partir de ações concretas que alteram a sociedade e a vida das mulheres, mostrando que é impossível separar os debates da agenda e da constituição do sujeito político. O fato de que o feminismo popular integra a classe trabalhadora em sua diversidade contribui para a definição do projeto político com uma posição que busca uma mudança integral a partir de um paradigma libertário, emancipador, de autonomia e igualdade. Nesse sentido, é importante retomar a análise de Beth Lobo sobre as reformulações das práticas das mulheres populares e negras como estratégia de sobrevivência e também de resistência à dominação e à subordinação (Souza-Lobo, 2011).

Em relação ao feminismo ter se tornando uma agenda presente na sociedade como um todo, um primeiro ponto a considerar é que, nesse escopo, há o crescimento de visões liberais do feminismo. Isso se concretiza em várias iniciativas, como a criação de organizações setoriais de profissionais de setores médios e empresariais, várias iniciativas de consultoria, treinamentos e marketing, blogs e canais virtuais de *influencers* liberais. Nas iniciativas acadêmicas, vemos traços menos críticos. Há nessa composição diferentes tipos de iniciativas. Hoje, muitas vezes, a participação das mulheres nos espaços de gestão do capital é colocada como parte da “agenda feminista”. A agenda que esses setores chamam de feminista está muito distante do que, historicamente, a maior parte do movimento feminista foi definindo no que chamamos de campo antissistêmico do feminismo. Esse campo vai além da visão liberal de direitos individuais, de empoderamento ou de “equidade” com os homens de classe média ou elite.

As visões liberais e reformistas disputam o feminismo e estão mais presentes que a princípio imaginamos. Um exemplo é a centralidade que tem hoje o tema “mulheres e poder”, sem questionar o modelo de poder, encarando a representação nos espaços de poder como a solução dos males. As iniciativas midiáticas desses setores, muitas vezes tem apelo inclusive nos movimentos sociais. Mas o mais grave é que isso tem sido parte de uma diluição do papel dos movimentos de mulheres. Ao fim, o que se reforça são os protagonismos individuais e midiáticos. O mais problemático é que a ação dos setores populares do movimento de mulheres é invisibilizada, assim como o papel de sua resistência cotidiana para o crescimento do feminismo.

Como já assinalamos, faz parte desse processo de disputa de posições o fato de que partes dos setores dominantes organizam sua ofensiva de cooptação do feminismo por meio da incorporação de partes do discurso feminista pela indústria do entretenimento, com o respaldo de mulheres representantes das elites. As ambiguidades desse processo não podem nos impedir de reconhecer a estratégia de banalização do conteúdo crítico do feminismo.

Por outro lado, a ofensiva reacionária da extrema direita coloca o feminismo e todos os setores da luta emancipatória sob ataque. Esses são os dois lados da mesma moeda neoliberal. Observar essa situação por inteiro complexifica as respostas necessárias, que devem ser dadas pelo feminismo popular, anticapitalista e antirracista. Além de organizar e ampliar uma visão crítica, formular e praticar respostas feministas implica organização, ou seja, capacidade de posicionar uma agenda que concretize as lutas e aponte os caminhos para uma outra economia.

Um novo vir-a-ser

Um grande desafio para o feminismo popular é posicionar com mais força o questionamento global do modelo atual e a visão de uma nova sociedade, com novas relações, outras formas de organizar o trabalho, garantir a sustentabilidade da vida e fomentar novas subjetividades baseadas na autonomia, reciprocidade e igualdade. Os acúmulos da prática cotidiana das mulheres apontam vários elementos desse novo vir-a-ser: reconhecimento e valorização das relações afetivas, bem-estar, cuidado, transcendência.

Para isso, é central reconhecer e potencializar as experiências populares, organizadas desde a luta cotidiana para sustentar a vida. Essas ações são experiências voltadas para o coletivo, em uma perspectiva dos comuns. Têm um papel central na construção de vínculos, de ocupação dos territórios e de redefinição das fronteiras entre espaços privados e públicos, uma vez que a satisfação das necessidades e o bem-estar são preocupações do coletivo. Há um grande protagonismo das mulheres negras, indígenas, periféricas e camponesas nessas lutas e processos de construção de respostas coletivas. O fato da inserção das mulheres no trabalho assalariado se concentrar em atividades vinculadas ao cuidado repercute no seu papel nas lutas em defesa dos comuns e da sustentabilidade da vida perante o conjunto da sociedade.

É preciso iluminar os processos de resistência com ações que tensionam a lógica do mercado. Esses estão, em geral, vinculados às reivindicações ao Estado, mas também à recuperação de outras formas de sociabilidade e cultura. Isso confronta o atual modelo, que empurra as pessoas à competitividade, ao individualismo, a se fecharem diante das telas da TV e do celular, formas de lazer isoladas e definidas pela indústria do entretenimento.

A construção desses processos e espaços ocupa e envolve a comunidade, promove experiências de trabalho coletivo, autogestionados, solidários e com base na reciprocidade. São experiências que alteram o tempo presente e, ao mesmo tempo, apontam para a possibilidade de uma reorganização social sem exploração e sem hierarquias.

A partir das resistências, resiliências e propostas das mulheres, essa visão do feminismo como parte de um projeto antissistêmico concretiza uma ação que coloca a vida no centro, através da compreensão de nossa interdependência como seres humanos e de nossa dependência da natureza.

Referências bibliográficas

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do *comum* em uma era de acumulação primitiva. In: *Feminismo, economia e política: debates para a construção de igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2014.

MORENO, Renata. Trampas del poder corporativo: maquillaje violeta y mercantilización de las luchas. In: *Crítica feminista al poder corporativo*. São Paulo: SOF; Marcha Mundial das Mulheres, 2020.

SOUZA-LOBO. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2011.

Nalu Faria é integrante do Comitê Internaonal da Marcha Mundial das Mulheres e da SOF-Sempreviva Organização Feminista.

Compartilhe nas redes: